

Carta de intenção com o FMI poderá ser concluída até maio

por Celso Pinto
de Caracas

O Brasil espera concluir uma carta de intenção com o Fundo Monetário Internacional (FMI) até maio e ter o acordo aprovado pelo "board" até o final de junho. O primeiro desembolso de um acordo com os bancos privados, portanto, deverá coincidir com a conclusão de um acordo com o FMI.

Este foi um dos pontos que o ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, esclareceu a uma atenta platéia de cerca de 250 banqueiros que o escutaram por uma hora neste domingo, em Caracas, onde o ministro está para participar da reunião anual do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Nóbrega falou por cerca de meia hora e respondeu a sete perguntas dos banqueiros durante a meia hora seguinte. O encontro foi fechado à imprensa.

O discurso de Nóbrega foi muito bem recebido pelos credores. Realistas ele admitiu sérios problemas na economia, especialmente a inflação e o déficit público. Prometeu medidas "fortes e urgentes", citando o corte nos gastos correntes do governo, a intensificação da privatização, racionalização dos gastos, revisão dos subsídios e incentivos fiscais, gradual implementação de reformas estruturais, política monetária aberta e ênfase na exportação. Fez menção, também, pela primeira vez a um esforço pela desregulamentação da economia de que a liberdade de controle de preços para várias empresas seria um início.

Previsivelmente, o discurso soou como música para os banqueiros. Muitas das preocupações dos bancos, contudo, acabaram transparecendo nos debates. Talvez a pergunta mais constrangedora tenha sido feita pelo representante do National Bank of Washington.

"Somos um pequeno banco regional mas toda vez que solicitados temos respaldado os pedidos do Brasil em 24 horas", disse ele. "O que nos garante que desta vez, se nós participarmos do novo pacote, não acabaremos na mesma situação anterior de ter que explicar ao nosso 'board' por que vocês adotaram uma moratória?", indagou.

Nóbrega admitiu que "não é fácil responder", mas sugeriu que a maioria da sociedade brasileira e toda a comunidade empresarial chegará à conclusão de que a moratória não ajudou a resolver os problemas. "A impressão é que o que importa é a cooperação não o confronto", disse.

Um representante do Marine Midland Bank dos Estados Unidos lembrou o papel do FMI nos últimos anos e perguntou se no caso brasileiro, os bancos teriam que concordar em colocar dinheiro "antes que o FMI se manifeste?".

"Nós não estamos preparando um programa para satisfazer o FMI ou os bancos comerciais e sim para agradar à sociedade brasileira", respondeu Nóbrega. "Um acordo com o Fundo poderia ajudar ao comitê dos bancos para vender o acordo", admitiu o ministro, lembrando também a importância para a normalização com o Clube de Pa-

ris e para obter recursos do Plano Nakasone. Ele argumentou que "perdemos duas ou três semanas devido a obstáculos de natureza política no Brasil", mas previu que o desembolso dos bancos só deverá acontecer quando o Brasil já tiver um acordo em vigor com o FMI.

OPOSIÇÃO

A pergunta que abriu a sessão de debates veio do Bank of California. Depois de elogiar Nóbrega "por trazer o senso comum de volta às negociações", ele perguntou que tipo de oposição essa postura e o acordo poderiam encontrar no Congresso. Citou, especificamente, as posições do senador Severo Gomes para sublinhar os focos de oposição existentes.

"Tenho confiança de que a maioria no Congresso apoiará", respondeu o ministro. "A democracia não exige a unanimidade", lembrou ele.

O representante do Irving Trust, de Nova York, quis saber como andavam as negociações com as instituições multilaterais e que tipo de apoio elas dariam. O ministro disse que contava com o suporte do Banco Mundial. Embora o fluxo no ano passado tenha sido negativo em US\$ 665 milhões, ele disse esperar equilibrar as contas com o BIRD neste ano e voltar a ter fluxo positivo em 1989.

Coube ao Standard Chartered, de Londres, levantar uma reclamação comum a vários bancos: vários créditos oficiais estão pendentes de pagamentos de juros. Nóbrega admitiu que muitas entidades estatais não estavam cumprindo suas obrigações, mas disse que muitos dos casos pode-

rão ser resolvidos com uma discussão.

O banco holandês ABN (Holandês Unido no Brasil) levantou o que considerou um fato "curioso". Apesar da postura conciliadora de Nóbrega, seu esquema de conversão da dívida "parece ser menos favorável do que o que existiu antes de julho de 1987".

DESCONTO

O ministro reagiu dizendo não considerá-los menos favoráveis. "O Brasil não quer que se faça um desconto; caberá ao mercado determiná-lo", argumentou. Ele lembrou que o projeto anterior de conversão incluía a securitização obrigatória da dívida e que ele, Nóbrega, havia eliminado esta exigência. Além disso, disse que países como o Chile, a Argentina e a Venezuela também têm esquemas de conversão que incluem deságio.

A última pergunta não pôde ser respondida. Um banqueiro quis saber como andavam as negociações. O presidente do comitê assessor dos bancos, Willian Rhodes, tomou a palavra e disse que alguns problemas importantes haviam sido resolvidos, outros estavam em aberto e caberia ao comitê informar oportunamente, aos bancos.

Foi também Rhodes que, na apresentação inicial, anunciou esperar que, em duas semanas, seja possível ter os termos do acordo acertados com o Brasil para serem enviados aos bancos. Quando Nóbrega encerrou seu discurso e antes que fossem abertos os debates, Rhodes explicou aos presentes que não havia sido convidada a imprensa para que todos tivessem mais liberdade para perguntar.